

PORTARIA Nº 230, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020.

Dá nova redação ao art. 3º da Portaria CNJ nº 206/2020, que instituiu o Grupo de Trabalho para avaliação da necessidade de atualização das Resoluções CNJ nº 113/2010 e 251/2018 e de revisão das regras de negócio atuais do Banco Nacional de Monitoramento das Prisões – BNMP 2.0.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 206/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Integram o Grupo de Trabalho:

- I – Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, que o coordenará;
- II – Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas;
- III – Carlos Gustavo Vianna Direito, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
- IV – Adriano da Silva Araújo, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
- V – Rafael Leite Paulo, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
- VI – Anderson de Paiva Gabriel, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
- VII – Fernando Zardini Antonio, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- VIII – Marcelo Gobbo Dalla Déa, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- IX – Miguel Ângelo Brandi Júnior, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- X – Débora Valle de Brito, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- XI – Walter Nunes da Silva Júnior, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
- XII – Hugo Magalhães Gaioso, Juiz Federal da Justiça Militar;
- XIII – Alexandre de Souza Costa Pacheco, Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
- XIV – Antônio Alberto Faíçal Júnior, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- XV – Daniela Barbosa Assumpção de Souza, Juíza Auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- XVI – Flávia Castellar Olivério, Juíza Auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- XVII – Náiber Pontes de Almeida, Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- XVIII – Otávio Vinícius Affi Peixoto, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso;
- XIX – Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;
- XX – Paulo Cesar Zeni, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;
- XXI – Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, Defensora Pública do Rio de Janeiro;
- XXII – Luiz Fernando Zambrana Ortiz, Delegado de Polícia da Assistência da Divisão da Tecnologia da Informação (DIPOL) da Polícia Civil do Estado de São Paulo;
- XXIII – Marcio Magno Carvalho Xavier, Delegado de Polícia Federal e Diretor de Inteligência do Departamento Nacional Penitenciário (DEPEN).
- XXIV – Coronel Bilmar Angelis de Almeida Ferreira, Diretor de Gestão e Integração de Informações da SENASP; e
- XXV – Hellan Wesley Almeida Soares, Delegado de Polícia Federal.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**

PORTARIA Nº 232, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020.

Altera a composição do Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário, designado pela Portaria CNJ nº 82/2019.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º O Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário, designado pela Portaria CNJ nº 82/2019, será composto pelos seguintes membros:

- I – Valter Shuenquener de Araújo, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- II – Marcus Livio Gomes, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ;
- III – Osair Victor de Oliveira Junior, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
- IV – JohannessEck, Diretor da Diretoria Geral do CNJ;
- V – Antônio Carlos Stangherlin Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ;
- VI – Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças do CNJ;
- VII – Dorotheo Barbosa Neto, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
- VIII – Edmundo Veras dos Santos Filho, Diretor-Geral do STF; e
- IX – Taise Velasquez Lopes, Juíza da Comarca de Santo Ângelo, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º As reuniões do Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência.

Art. 3º Fica revogada a Portaria CNJ nº 82/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**